

BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LUGAR DE PRÁTICAS CULTURAIS: uma discussão sócio-histórica

*Fabício José Nascimento da Silveira**
*Alcenir Soares dos Reis***

RESUMO

Este trabalho propõe-se a mapear e discutir, através de um prisma sócio-histórico, as relações que se instauram entre as bibliotecas públicas e o universo das práticas culturais humanas. Em razão deste objetivo, aponta-se inicialmente que as práticas culturais devem ser entendidas como um conjunto de manifestações simbólicas concebidas por um determinado indivíduo ou por uma dada sociedade para atribuir múltiplos olhares interpretativos sobre o mundo que os cercam. Em seguida, e utilizando essa definição como instrumento de sustentação teórica, pretende-se elaborar uma análise que traga elementos esclarecedores para a seguinte questão: em que medida as bibliotecas públicas podem ser consideradas um “lugar de práticas culturais”? Para tanto, utiliza-se o seguinte percurso metodológico: em um primeiro momento salienta-se que prática cultural alguma é completa em si mesma, necessitando sempre de uma materialidade para adquirirem visibilidade e sentido, materialidade que, por sua vez, aproxima as bibliotecas públicas do conjunto das táticas e estratégias que atravessam tais instâncias de significação. Em um segundo momento, enfatiza-se que as quatro funções básicas de toda biblioteca pública – função cultural, informacional, recreativa e educacional – se tornam mais evidentes quando relacionadas à questão da memória, da cultura, da educação e da leitura. Assim, com base nestas análises, pretende-se defender que as bibliotecas públicas são “lugares de práticas culturais” porque nos ajudam a elaborar representações para os diversos cenários sociais, políticos e culturais onde nossas vidas se desenvolvem, fazendo frutificar os saberes e contribuindo para a preservação e difusão do patrimônio material e intelectual humano.

Palavras-Chave: Biblioteca Pública. Práticas Culturais. Biblioteca Pública – Memória. Biblioteca Pública – Cultura. Biblioteca Pública – Educação. Biblioteca Pública – Leitura.

* Aluno no Doutorado em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG.
fabrisilveira@gmail.com.

** Professora doutora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade federal de Minas gerais.
alcenirsoares@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

Conta-se em uma velha lenda da tradição talmúdica que quando Deus se pôs a criar o mundo às 22 letras do alfabeto desceram de sua coroa augusta para suplicar-lhe que concretizasse a magnífica criação que iniciara por intermédio delas. Ao consentir tal intento, Deus permitiu que:

Em plena escuridão, o alfabeto desse origem aos céus e à Terra, e produzisse o primeiro raio de luz do seio desta, de tal modo que invadissem a Terra Santa e iluminassem todo o universo. A luz, ou o que nós tomamos por luz, é apenas a sombra de Deus, sob cujo esplendor ofuscante as palavras já não são possíveis (MANGUEL, 2006, p.221-222).

Reevocando a idéia básica desta genealogia, São João, o mais sensível dos evangelistas, nos lembra em um trecho de grande inspirao poética que:

No começo a Palavra já existia:
A Palavra estava voltada para Deus,
E a Palavra era Deus.
Tudo foi feito por meio dela.
A Palavra estava no mundo,
O mundo foi feito por meio dela,
mas o mundo não a conheceu (JOÃO,
1990, p.1353).

Ao traçarmos um paralelo entre estas duas tradioes queremos evidenciar que as relaoes entre escuridão, palavras e luz se instituem deste os tempos primordiais. Mas, sobretudo, destacar que é na palavra que se inscreve a gnese do mundo. Dito de outra forma, que é por intermédio da palavra e da capacidade de nomear que cada sujeito emerge para o mundo e d vida a todas as outras coisas. É a palavra que preserva a origem do tempo, é a palavra que tem mais tempo, que contm o mundo, que contm tudo.

Contudo, é preciso fazer notar que, no exato instante em que projeta um tnuo raio de luz sobre as coisas dos homens e do mundo, toda palavra carrega consigo um rastro de escuridão. Isto porque, ao fazermos uso das palavras atribuímos a estas certas qualidades de nossas esperanças e pesadelos, acreditamos que elas deveriam existir para nosso deleite e nos entregamos  tarefa de invent-las sem temer a imprecisão e as limitaoes de nossa própria capacidade comunicativa. Se ditas ao acaso, toda palavra corre o risco de se perder no tempo e ser assombrada pelo esquecimento. Talvez por esta razão, e como mais um artifício para se suplantar as leviandades da memória e as inclemncias do tempo, tenhamos concebido estruturas físicas para abrig-las e conservá-las até o momento em que tudo se abater.

Desta forma, barro, pedra, metal, madeira, pele, ossos, o papiro, o pergaminho e o papel se apresentam, em diferentes momentos históricos, como instrumentos que constantemente revigoram o desejo humano de prolongar um pouco de sua existência para além dos limites de nossas vidas individuais. No entanto, foi somente a partir do aparecimento do livro que os intentos em

torno da preservao da palavra receberam os estímulos necessários para se tornarem um af transmitido de gerao em gerao. Eles se postam como um importante auxílio ao aprendizado e um recurso que nos permite compartilhar nossas maisntimas experiências em relao ao mundo. Por intermédio deles adquirimos a capacidade de imprimir uma marca pessoal e intransferível nas muitas realidades que ajudamos a edificar.

Neste sentido, cada palavra e cada livro carrega consigo duas marcas indeléveis e distintas: a daqueles que lhes atribuiu um sopro de vida, e tmbm aquelas concebidas por algum de seus inúmeros leitores. Condio que nos permite apontar que é por intermédio deste jogo de produo e atualizao de significados que nos tornamos aptos a tirar proveito de um sábio equilíbrio entre lembrança e esquecimento, conhecimento e ignorância e outorgar voz e coerência  nossa própria existência.

Intentos que tmbm levaram a humanidade a conceber instituioes voltadas para a preservao dos livros e de suas palavras leitoras. Tendo suas origens ligadas ao nascimento das cidades, instituioes como as bibliotecas passaram a ocupar, tanto em termos práticos como simbólicos, um lugar de destaque no processo de salvaguarda dos elementos materiais que informam nossa história individual ou coletiva. São elas que, por intermédio de seus acervos, nos permitem acessar as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razoes e os desejos de cada um de seus usuários em particular. Isto porque, através da estrutura caleidoscópica de seus acervos, cada biblioteca oferece ao lugar onde se insere uma espécie de espelho que reflete os interesses e fraquezas de seus interlocutores, bem como a maravilhosa pluralidade identitária que conformam os estratos vitais de uma nao. Em outras palavras; são elas que generosamente oferecem "uma imagem negociável daquele mundo real que gentilmente permite que o concebamos" (MANGUEL, 2006, p.265). Razão pela qual se torna necessário salientarmos, já neste momento, que o presente trabalho nasce a partir de duas inquietaoes: por que as palavras deitadas nas páginas de um livro exercem tanto fascínio sobre a vida dos homens? E qual a

participação da biblioteca, especialmente das bibliotecas públicas, na edificação da história humana?

Embora não seja possível atribuir respostas definitivas para estas questões, pretendemos, nas páginas que se seguem, lançar luzes sobre as mesmas através do seguinte artifício: mapear as relações que se instauram entre as bibliotecas públicas e algumas práticas culturais humanas diretamente ligadas ao universo dos livros. Sendo mais preciso: objetivamos demonstrar que as funções sociais das bibliotecas públicas se tornam mais evidentes quando relacionadas à questão da memória, da cultura, da educação e da leitura.

Estabelecemos este percurso e optamos por trabalhar com as bibliotecas públicas por acreditar que são elas que, dentre as outras tipologias de bibliotecas, mais se dedicam a sanar as necessidades e anseios dos distintos usuários que compõem a esfera social responsável por viabilizar sua existência. Preocupação que, por sua vez, se faz notar por meio de quatro funções básicas: a cultural, a informacional, a recreativa e a educacional.

Quadro de referências que acaba por demarcar como função de toda biblioteca pública colaborar para a difusão e visibilidade da ampla gama das manifestações culturais humanas, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas, propiciando a qualquer usuário amplo acesso aos vários signos preservados em seus acervos, tendo-se em vista contribuir para a consolidação e disseminação do conhecimento. Devem fazer isto não apenas através de uma estrutura rígida de coleta e organização de materiais informacionais, mas também, de atividades lúdicas e recreativas que promovam o surgimento de uma atmosfera propícia ao exercício da imaginação e da criatividade. Devem, ainda, contribuir para o reforço e equalização das práticas educativas, não como substituta da escola, mas como esfera que comporta grandes potencialidades pedagógicas. Potencialidades que nos permite caracterizá-las, já neste momento, como um “lugar de práticas culturais”. Mas o que entendemos por práticas culturais?

Seguindo os ensinamentos de Michel de Certeau (1994), podemos definir práticas

culturais como as várias manifestações simbólicas concebidas por uma dada sociedade ou por um determinado indivíduo para atribuir um olhar interpretativo ao mundo que o cerca. Sendo assim, é por intermédio das práticas culturais que nos tornamos capazes de acessar as instâncias de significação que nos conferem uma identidade, seja esta individual ou coletiva. Fazem parte deste conjunto a memória; a cultura; a educação; a leitura; entre tantos outros repertórios de significação que nos auxiliam a pensar e produzir sentido para o mundo com o qual interagimos. Mas em que medida as bibliotecas podem ser consideradas “lugares de práticas culturais”? Mais especificamente: a partir de quais argumentos podemos entendê-la como um lugar de memória, cultura, educação e leitura?

Trataremos destas duas questões demonstrando, em um primeiro momento, que prática cultural alguma é completa em si mesma e que todas elas requerem uma dada materialidade para adquirirem visibilidade e sentido. Materialidade que, em última instância, se posta como elo entre os quadros de sentido que emergem das práticas culturais e as bibliotecas públicas. Em seguida, e buscando reforçar que estas instituições são de fato lugares de práticas culturais, destacaremos a importância de suas quatro funções básicas para a constituição do conjunto de referências que orienta as atividades de seus usuários, relacionando-as ao universo da memória, da cultura, da educação e da leitura.

Por fim, e retomando nossas duas questões iniciais, buscar-se-á salientar que os livros nos encantam porque suas páginas estão permeadas pelas mais diversas experiências humanas. Experiências que, quando resgatadas através da memória e da leitura, se transformam em experiências individuais, refletindo aquilo que somos e as muitas facetas com as quais nossas palavras esculpem o mundo. Constatação que reforça o nosso argumento de que as bibliotecas são “lugares de práticas culturais” porque interferem nos diversos cenários sociais onde se inserem através de suas quatro funções básicas, fazendo frutificar o saber recolhido e contribuindo para a preservação e difusão de nosso patrimônio material e intelectual.

2 PRÁTICAS CULTURAIS E VIDA COTIDIANA: UMA APROXIMAO NECESSÁRIA

“O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p.38). Talvez este seja o enunciado que melhor sintetize as preocupaes intelectuais de um dos mais argutos historiadores das práticas culturais humanas. Observador atento das “artes de fazer” que atravessam a tessitura geral das experiências capazes de conferir ao homem ordinrio¹ os recursos necessários para se apropriar dos espaços organizados das produes simbólicas, Michel de Certeau (1994) reinventou e revolucionou os programas de pesquisa que tentam projetar um olhar interpretativo sobre as múltiplas dinâmicas que definem a elaboração e a socialização coletiva de sentidos.

Criticando de maneira incisiva a razão técnica que demarca as sociedades de consumo por meio de estudos centrados na cultura popular – nas táticas e estratégias através das quais essa “multidão sem qualidades” inventa o cotidiano – o pensador acima referido nos ensina que toda e qualquer manifestação cultural humana traz em seu bojo enunciados que denotam a criação de uma ordem simbólica da linguagem; do trabalho; do espaço; do tempo; do sagrado e do profano; do visível e do invisível, e que estes instituem a apropriação e a reelaboração da ardem social e das coisas do mundo através das possibilidades de rupturas promotoras de um duplo movimento: da **distinção** e da **constituo** de eixos alternativos de adesão ao universo das pequenas falas, dos ruídos e das imagens sintetizadoras que nos informam sobre as dinâmicas de um universo que, ao exibir-se, se constitui cotidianamente. Isto porque, para Certeau:

O cotidiano, enquanto uma categoria analítica, instala-se na ordem usual das coisas, reveste-se de hábitos e manifesta-se como circunstância regular e acostumada. Figura-se como

palco de oscilaes que comporta deslocamentos e abre-se para novas experiências, constituindo-se como realidade multicultural que compreende vários saberes (sensos) comuns. [...] No entanto, é permanentemente inventado para permitir o fluxo da vida, abrindo-se à criatividade (BRETAS, 2006, p.30).

Ou seja, ao deslocar a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos concebidos e distribuídos pelas instâncias de poder para a criação annima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos, Certeau (1994) recupera para a cena pública a originalidade criadora que caracteriza a atividade de sujeitos comuns, cujos fazeres recusam a força das determinaes coletivas e dos condicionamentos sócio-culturais. Possibilidade que se estabelece porque, segundo ele, a vida diária habita o cotidiano e este, apesar de suas ordenaes, permite práticas de desvios e  favorável à diversidade das experiências. , também, lugar de socialização onde atores e enredos, paradoxalmente, se repetem e se renovam. Em outras palavras: falar do cotidiano a partir das proposies deste pensador  mencionar um trabalho de construção do lugar do indivíduo no mundo, enquanto ser genérico e particular. “ dizer de um espaço que comporta dimensões objetivas – dadas pela materialidade da existência – e subjetivas – propiciadas pelas redes de sentidos que propiciam o ser genérico e as relaes sociais” (BRETAS, 2006, p.30-31).

E é exatamente neste ponto que reside à singularidade de seus estudos sobre a cultura popular: lugar de intervenes, fragmentário, miúdo, fora dos circuitos oficiais, mas que, na sua invisibilidade, se constitui como espaço de acumulação, de dimensão ontológica de realização da vida que se marca pela experiência. Razão pela qual *A invenção do cotidiano* executa um duplo deslocamento:

[...] aos historiadores lembra que não se pode ler diretamente a alteridade cultural na especificidade profusa dos objetos a ela destinados, mas sim, no uso que se faz deles. Aos arqueólogos do poder, lembra a irredutível reserva de estratagemas (liberdade?) dos homens, mesmo dos “disciplinados”, a de inventar aplicando, nas regras que normalizam as condutas, golpes não previstos que deslocam ou anulam os

¹ Segundo CERTEAU (1994, v.1, p.57-58) a expressão **homem ordinário** define o homem comum, o herói annimo que durante muito tempo se manteve distante, relegado das cenas científicas. Nas palavras do próprio historiador: “trata-se de uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ningm. Rios cifrados da rua”. (Idem).

efeitos (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p.30).

Implicações que nos permite ressaltar que, ao tomar como objeto de suas análises os fazeres comuns da vida cotidiana e defini-los como atualizações propiciadas pelo exercício de competências e habilidades que se irrompem contra a racionalidade cerceadora das instâncias que institucionalizam a produção dos bens de consumo, Certeau opõe as lógicas do fazer à lógica dos fatos, as astúcias da ação aos enquadramentos operatórios dos espaços sociais ou simbólicos. De um lado, uma pragmática da temporalidade, de outro, uma classificação ordenada dos tempos. Não por acaso o projeto epistemológico que reverbera e demarca sua obra tem por principal objetivo:

[...] fornecer os meios de conhecimento do efêmero, da ocasião aproveitada ou perdida, desse fazer que não capitaliza seus efeitos em um lugar definido, breve, de como “se” praticam comumente, isto é, no dia-a-dia, de maneira indefinidamente recorrente e nunca idêntica, os espaços ordenados que não “se” construiu nem se quis, mas dos quais “se” é simplesmente usuário”. (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p.31).

Conhecimentos que podem ser empiricamente analisados através da observação atenta da sinuosa trama tecida pelas táticas e estratégias por meio das quais:

Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, consumidores que produzem e traçam “trajetórias indeterminadas”, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam (CERTEAU, 1994, p.97).

Sendo assim, o que podemos apreender das pistas lançadas por Certeau (1994) é que os elementos capazes de caracterizar uma dada ordem cultural se forjam histórica, social e antropologicamente como o conjunto das táticas e estratégias, das práticas e dos fazeres em torno do qual o homem ou uma dada comunidade se organiza para configurar e transformar o mundo que cotidianamente ajudam e edificar.

Isto porque, tais elementos se postam, em última instância, como construtos capazes de articular conflitos, legitimar, deslocar ou controlar os recursos de significação através dos quais se fazem notar.

Contudo, torna-se necessário indicar que esse tipo de conhecimento que fundamenta a invenção do cotidiano, para ser conhecido e potencializado, necessariamente deve passar por um processo de explicitação. Ou seja, deve materializar-se em formas expressivas que dêem conta de apresentá-lo, traduzi-lo, possibilitando, a partir daí, sua apropriação e seu desenvolvimento. Sendo mais preciso: para realmente alcançar seu estatuto de insumo simbólico que corrobora para que sujeitos comuns demarquem seu lugar no tempo, no espaço e nos muitos discursos onde suas ações se desenvolvem, toda prática cultural requer uma materialidade que a represente enquanto tal, tendo-se em vista articular, através de obras e manifestações, o universo de significação do qual se origina.

De acordo com esta perspectiva, a configuração específica de cada rito religioso; os usos e desvios dos recursos de enunciação da linguagem; as maneiras de se alimentar, de decodificar os signos passíveis de leitura e de enterrar os mortos; o manejo das matérias-primas e da força de trabalho; o uso que fazemos do nosso corpo e os caminhos que traçamos para nos apossar dos espaços urbanos, bem como o grau de importância que atribuímos para o universo dos livros e das bibliotecas se constituem como objetos de análises exemplares para apreendermos como as práticas culturais estruturam e são, ao mesmo tempo, estruturadas pela vida cotidiana.

De fato, se nos postarmos como observadores atentos da história dos livros e das bibliotecas perceberemos de imediato que tanto o objeto quanto o espaço que o preserva exercem enorme fascínio sobre a vida dos homens e possuem acentuado destaque nos sistemas de produção e circulação de seus bens culturais. Enquanto instrumento de memória, os livros preservam em suas páginas o conjunto dos elementos históricos que informam os homens sobre seu passado, dando-lhes a possibilidade de projetar uma explicação para o presente, de divagar acerca do futuro. Enquanto produto da imaginação, eles se portam como pouso

seguro para todos os delírios, sonhos, paixões, aventuras e desventuras da alma humana. Por sua vez,  através dos acervos das bibliotecas que acessamos as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular.

A acumulação de livros , de acordo com esta proposição, uma dinâmica que demarca a vontade dos homens de enfrentar o tempo e resistir às investidas do esquecimento. Razão pela qual toda biblioteca se define como espaço de preservação da memória e do patrimnio cultural, artístico e literário que institui forma aos movimentos racionais de uma dada localidade. São, enfim, lugares onde nossas representações do mundo encontram solo profícuo para nutrir-se e se valorizar.

Representações que, por sua vez, se forjam através do prisma da multiplicidade, da urdidura dos diversos discursos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, que dizem nosso lugar em relação ao outro – outros pontos de referência, outros lugares. Dinâmica que se torna mais evidente quando trazemos para nossas discussões as múltiplas relações que se instauram entre as bibliotecas públicas e algumas práticas culturais diretamente relacionadas ao circuito dos livros. Sendo mais preciso, quando demonstramos que as funções sociais das bibliotecas públicas (função cultural, informacional, recreativa e educacional) se tornam mais nítidas quando confrontadas com o universo da memória, da cultura, da educação e da leitura. É o que tentaremos demonstrar nas seções subseqüentes.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

O que é a memória? Se quisermos lançar um rastro de luz sobre esta instigante questão devemos começar nossa empreitada nos valendo do seguinte postulado: embora se apresente como uma função extremamente elaborada, a memória não existe sem se contrapor ao esquecimento. Isto porque, a construção do discurso simbólico que rege as ações humanas no presente são se efetiva a partir dos movimentos intermitentes ao ato de lembrar e de esquecer. Neste sentido, mesmo que  primeira vista memória e esquecimento formem um par contrastante, suas relações

são, de fato, muito próximas. Isto porque, o trabalho da memória é essencialmente de elaboração, sendo mais preciso: de reelaboração da experiência de vida humana a partir do reconhecimento e da reatualização de uma lembrança. Dinâmica que são se torna possível através do contato com a realidade presente, uma vez que utilizamos conhecimentos acumulados para lidarmos com situações novas, que se encontram unidas a novas lembranças.

Podemos, pois, determinar que a memória é um acúmulo de lembranças? Uma função do passado? Um conhecimento do passado? A organização temporal de um passado individual ou a organização de um passado comum a um número mais ou menos vasto de homens? Uma função ligada à inteligência e ao conhecimento, uma repetição, uma imitação? Certamente que não. Migratória em sua essência, a memória não pode ser considerada como uma evocação literal do passado, mas antes, uma reaproximação, ou melhor, uma recriação do vivido. Sendo assim, a memória está presente em tudo e em todos, podendo se apresentar, em primeiro lugar, como um conjunto de funções psíquicas graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Contudo, como excede a mente humana, a memória também se alimenta de imagens, sentimentos, idéias e valores que circulam na esfera do social, transfigurando-se, em um segundo movimento, num construto coletivo resultante da interação entre indivíduos no presente. Sendo assim, e tendo como pano de fundo este mosaico de relações, pergunta-se: como funciona a memória humana?

Partindo do quadro de referências acima apresentado, nos tornamos capazes de indicar que existem duas formas de se reevocar uma lembrança (voluntária e involuntriamente), e que este processo pode ser elaborado tanto individual quanto coletivamente.

Em termos conceituais, a memória voluntária é, segundo Proust (2002), um produto da inteligência que reelabora fatos já passados através de um esforço consciente do sujeito que tenta evocá-los. Esta memória, que depende da nossa vontade, funciona como um simples arquivo, nos fornecendo fatos, datas, números e nomes, mas não as sensações que

experimentamos outrora e que não habitam em nossa consciência. Para ele, tais sensações jazem mais fundo e só são despertadas pela memória involuntária, aquela que não depende de nosso esforço consciente de recordar, que está adormecida em nós e que a um fato qualquer pode fazer emergir a consciência e reencontrar o tempo, bem como recuperar o passado. Tempo este que não existe mais em nós, mas que continua a viver oculto em um sabor, em um aroma, em um som, em uma dada paisagem. Processo cujos matizes de configuração e valoração estão acentados tanto em critérios individuais, quanto coletivos.

Portanto, esta formulação proustiana nos mostra, ainda, que o homem elabora suas memórias de duas maneiras: individual e coletivamente. A primeira parte de uma perspectiva individual, em decorrência de situações vividas e interpretadas subjetivamente. A segunda se manifesta a partir da constatação de que todo sujeito compartilha com o grupo ao qual pertence acontecimentos que se configuram como experiências fundamentais para a constituição do quadro de referências onde os contornos de sua memória se assentam. Tais fatos são, segundo Pollak:

Acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.201).

A memória não se constitui, pois, como uma cópia, um decalque do passado. Isto porque, os acontecimentos, os seres e imagens não se apresentam à memória como formas acabadas ou perfeitamente delineadas. No momento em que são evocadas, cada lembrança liga-se sempre a outros elementos, elementos que, por sua vez, as tornam diferentes. Prerrogativa que nos ajuda a entender que o aspecto labiríntico e

sinuoso da memória invalida qualquer certeza ou possibilidade de exatidão.

Mesmo que tenha sofrido transformações de acordo com o olhar de cada pensador ou cultura que lhe atribuiu um determinado valor interpretativo, estas características são denotadas à memória desde suas primeiras concepções. Sendo mais preciso, desde quando os Gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa: Mnemosine, “testemunha inspirada dos “tempos antigos”, da idade heróica e, por isso, da idade das origens”. (LE GOFF, 2003; p.433). Nesse sentido, ao fazer emergir os segredos do passado e se postar como antídoto do esquecimento a memória se apresenta, desde suas primeiras acepções advindas da tradição grega, como uma função extremamente elaborada que atinge grandes categorias psicológicas como a do tempo e a do *eu*. Miríade interpretativa que põe em jogo um conjunto de operações mentais complexas, cujo domínio pressupõe esforço, treinamento e exercício. Entretanto, há o esquecimento que subjuga a memória. *Letos* é o rio cujas águas mágicas fazem ruir os duros contornos da lembrança. Por esta razão, segundo Weinrich:

Nos gregos, *Letos* é uma divindade feminina que forma um par contrastante com Mnemosine, deusa da memória e mãe das musas. Segundo a genealogia e a teogonia, *Lete* vem da linhagem da noite (em grego *nyx*, *nox* em latim), mas não posso deixar de mencionar o nome de sua mãe. É a Discórdia (em grego, *eris*, em latim, *discordia*), o ponto escuro nesse parentesco. (WEINRICH, 2000, p. 24.).

Elementos de contraste que nos ajudam a demonstrar que a memória não é infalível e que é impossível pensá-la como uma forma perfeita, inteiriça e sem furos. Sem a noção de esquecimento não há possibilidade de uma reminiscência. Ao beber as águas do *Lete* os antigos adquiriam a capacidade de esquecer sua existência anterior e ficavam livres para renascer. Daí as torrentes desse rio serem tão importantes para os poetas. Ao narrar as façanhas dos deuses, esses “mestres da verdade” faziam renascer as glórias e infortúnios de sua tradição coletiva, instituindo, preservando e difundindo referenciais comuns de sociabilidade.

Embora circunscrevendo-se na esfera do mito, é importante mencionar que esta primeira

tentativa de desvendar os segredos da memória traz incutida em seu imaginário coletivo a crença de que os homens são seres sociais porque suas aes (inclusive aquelas ligadas à memória) se norteiam através dos princípios que regem o processo de integração do sujeito com a coletividade onde experimenta um sentimento de pertenca. Isto porque, a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no tempo e no espaço, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p.31).

Proposição que, conjugada com os argumentos apresentados até aqui, nos confere a capacidade de melhor visualizar as tramas que interconectam os conceitos de memória e esquecimento e as relações que estes mantm com o universo das práticas culturais apresentado anteriormente. Isto porque, além de serem instâncias de enunciação forjadas no âmbito do social e submetidas a flutuações, transformações e mudanças constantes, os mesmos se constituem como aportes significativos para que os sujeitos modernos esbocem uma tentativa de compreensão das relações que vivenciam na contemporaneidade a partir dos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade que perpassam o universo de cada um deles e das práticas culturais como um todo.

Promulgada esta constatação, cabe-nos aqui levantar mais uma questão: se a memória individual  falha, existe a possibilidade de edificarmos instituições que se posicionem como esferas sociais de memória coletiva?

Podemos responder a esta pergunta nos valendo do seguinte indício histórico: da mesma forma como criou sistemas de significação que conferem coerência às relações que estabelece com o mundo e no mundo, o homem criou instituições cujo objetivo gira em torno de preservar, administrar e disseminar o repertório simbólico concebido através de sua ação criadora. Nesta perspectiva, as igrejas, as escolas, os sindicatos, os museus, os arquivos e as bibliotecas certamente se posicionam como as de maior visibilidade, visto serem espaços nos quais presenciamos de maneira

concreta as ações e representações de cada um e de todos.

São “lugares de memória” que têm a função de enfrentar o tempo e as incontingncias da morte e do esquecimento, bem como colaborar para que uma dada comunidade estruture suas ações em torno de referenciais identitários comuns. Mas o que são e qual a importância destes “lugares de memória”?

Os “lugares de memória” são instâncias físicas ou simbólicas que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade da memória reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Indicando, por isso, a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos simbólicos concebidos para representar coletivamente as ações vivenciadas no mundo e sobre o mundo.

Edificar “lugares de memória” significa, de acordo com esta perspectiva, atribuir-lhes uma dupla função: a de **demonstrar** que a constituição do discurso mnemônico é um fenmeno estruturado socialmente e a de **reforçar**, seja teórica ou factualmente, a tese de que a memória, por mais adjetivos que encontre em seu caminho (voluntária ou involuntária; individual ou coletiva), resiste às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações simbólicas forjadas no nível do social. Todo “lugar de memória” é, pois, “um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p.27.).

É o que acontece com as bibliotecas, especialmente com as públicas, cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens. Enquanto “lugares de memória”, as bibliotecas públicas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permite acessar, por intermédio de seus acervos, as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular.

Neste sentido, toda biblioteca é, ao menos à primeira vista:

Lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira (JACOB, 2000, p.9).

Sendo assim, a razão para lançarmos um olhar sobre a história das bibliotecas e de suas coleções liga-se à dificuldade que teríamos para compreender e transformar o mundo onde habitamos sem os elementos materiais e imateriais que nelas se preservam. Elas são a memória do mundo: todos os conhecimentos humanos em um só lugar. Isto é, aquilo que o conhecimento significa para o homem é o que a biblioteca pretende conservar, seja este “o sopro de Deus, as Musas, a morada do Bom e do Belo, os ventos uivantes do comércio, ou uma mistura confusa de todas estas coisas – será aquilo que a biblioteca é templo”. (BATTLES, 2003, p.16).

Implicações que servem como indicativo de que se a memória é capaz de inspirar, recuperar a graça do tempo, distender conceitos duros, devolver o entusiasmo pelo que era caro e se perdeu, redimir o sagrado e devolver não simplesmente o passado, mas o passado que prometia, as bibliotecas, enquanto lugares místicos que congregam a amplitude dos saberes concebidos pela humanidade, se configuram, em ampla medida, como o espaço onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, sua tradição e sua memória coletiva se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservar futuro adiante. Característica que lhe confere o status de lugar de continuidade e de preservação da história em tempos e espaços específicos.

Portanto, seja como espaço físico, como símbolo de uma ordem cósmica ou social, ou como forma visível da razão humana, as bibliotecas são lugares que guardam histórias e despertam o fascínio e o encantamento. Lugares onde tais elementos se transmutam, perturbando

e excitando fantasias, irmanando o sonho com a ação, além de provocarem medo e instigarem reações. São lugares de confrontos, de sonhos e de pesadelos. Espaços onde se inscrevem as angústias e as esperanças de uma época, bem como suas contradições e confusões.

Indícios que não são exclusivos das bibliotecas imperiais do mundo antigo ou daquelas ligadas às grandes ordens monásticas da Idade Média, visto que o adjetivo **público**, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, serviu para reforçar a idéia de que elas são instituições sociais sempre em evolução, que influenciam e são influenciadas pela estrutura social que as circundam, refletindo e contribuindo para o seu desenvolvimento através da coleta, organização e disseminação dos produtos culturais; na produção e administração do conhecimento registrado; além da garantia de livre acesso a todos aqueles que queiram utilizá-los.

Isto porque, enquanto centros locais de informação, as bibliotecas públicas possuem como missão política e civilizadora a tarefa de colaborar para a difusão e visibilidade dos vários signos que se originam de nossas práticas culturais, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade. Missão que, se analisada com a acuidade que merece, se torna um indicativo de que as bibliotecas públicas, tal qual outros “lugares de memória”, se apresentam como palcos que encenam a dramaturgia da sociedade que as acolhe e que, em virtude disso, “a identidade de uma sociedade ou nação [pode sim] ser espelhada por uma biblioteca, por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva” (MANGUEL, 2006, p.241).

Perspectiva que nos permite, em outra mirada, caracterizar as bibliotecas públicas como lugares de continuidade; como espaços permeados por tensões contraditórias, mas que estão abertas ao mundo das realidades e das idéias. Razão pela qual sua história se converte na história daquilo que uma sociedade pretende transmitir; nos conhecimentos que decide conservar; na necessidade de seu esquecimento para posterior recuperação, mas também, na reevocação e reutilização destes a

partir do rememorar. Traçamos mais algumas considerações sobre a efetividade destas proposições no tpico seguinte, onde discorreremos sobre o papel das bibliotecas públicas no processo de preservação e socialização dos insumos que constituem e representam uma dada cultura.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LUGAR DE CULTURA

Todo aquele que tencione estabelecer uma aproximação entre o universo das práticas culturais e as atividades desenvolvidas no cerne de uma biblioteca pública deve iniciar sua empreitada reevocando a idéia de que o conceito "cultura", independente se erudita ou popular, denota sociológica e antropologicamente a criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível, enfim, das inúmeras esferas de atuação humana. É por esta razão que quando reevocamos tal palavra quase sempre nos remetemos  idéia de tradição, de repertório, de discursos ou significados construídos ao longo da trajetória de uma dada sociedade, povo ou agrupamento humano, visto serem estes os elementos que lhes instituem o status de comunidades históricas autnomas e com identidade própria constituída.

Contudo, é preciso fazer notar que, se até o advento da modernidade o homem era capaz de definir e localizar suas aes a partir de referenciais políticos e sócio-culturais estáveis, as mudançs estruturais oriundas da globalização e da distorção das noções de tempo e espaço imprimem novas configurações para as muitas esferas de sociabilidade com as quais passa a interagir. Característica que se torna um indicativo de que "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram a vida social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado" (HALL, 2001, p.7).

Neste sentido, se as definições básicas de cultura e identidade vinculavam-se à busca das origens; das semelhançs; dos substratos comuns; daquilo que, por baixo das diferençs costura e mantm a unidade,

a contemporaneidade passa a design-las como discursos em permanente processo de elaboração. Melhor dizendo, como produções que nunca se completam, formadas e transformadas no interior das representações. Formulação teórica que nos permite salientar que estes conceitos se encontram diretamente ligados à idéia de projeto, de algo em permanente construção, distanciando-se, pois, da noção de repertório imagético que circunscreve o sujeito em torno de referenciais simbólicos supostamente estáveis, homogneos, coesos e unificados. Em virtude disso, tentar idealizar um discurso cultural único e completo em si mesmo se torna uma fantasia, posto que o sujeito, através de seus posicionamentos, assume identidades múltiplas e interage com esferas culturais distintas nos diversos momentos e espaços onde sua história de vida adquire sentido e encontra ressonância.

Razão pela qual enfatizamos que só se  possível falar em discurso identitário ou em repertório cultural se os matizes que os definem forem concebidos como amálgamas provenientes do entrelaçamento dos diversos olhares interpretativos que emergem no seio de referenciais simbólicos demasiadamente amplos, que em momento algum devem ser interpretados como se possuíssem apenas um sentido. Defendemos isto porque:

Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ao social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado do sentido às nossas aes. Eles nos permitem interpretar significativamente as aes alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas "culturas". Contribuem para assegurar que toda ao social  "cultural", que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação (HALL, 1997, p.26).

Sendo assim, o que o autor acima citado deseja enfatizar é que o processo de constituição

das ações culturais humanas acaba por refletir menos o que nós somos (estado), e mais o que nos tornamos (processo). Ou seja, que é a partir das táticas e das estratégias que utilizamos para interiorizar, significar e exteriorizar um determinado referencial simbólico que nos definimos enquanto sujeitos capazes de assimilar e transformar o mundo com o qual interagimos. O que equivale dizer que a *identidade* emerge, não tanto de um centro interior, de um *eu* verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas que são representadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito constituídas por nós e para nós.

Em suma, as formulações teóricas aqui apresentadas ressaltam a impossibilidade de pensarmos em cultura ou em identidade, no singular, e a necessidade de reportarmos à idéia de culturas/identidades, no plural, uma vez que estas dizem das várias maneiras pelas quais os homens se relacionam com seus semelhantes na tentativa de construir, simbólica e discursivamente, as múltiplas esferas onde sua vida se desenvolve. Ou seja, é como sistema de significações a partir do qual uma dada ordem social se dissemina, se reproduz, se vivencia e se preserva que a cultura e a identidade devem ser vislumbradas. À parte disso, e reevocando a idéia de que a modernidade está assentada na noção de fluidez, de descontinuidade, nos perguntamos: que táticas e estratégias o homem moderno pode lançar mão para acessar o conjunto dos referenciais simbólicos que lhe possibilita formular uma imagem de si e da cultura na qual está imerso?

Podemos tentar responder a esta questão enfatizando que da mesma forma como criou sistemas de significações tendo-se em vista produzir sentido para as ações que estabelece com o mundo e no mundo, o homem criou instituições cujo objetivo gira em torno de preservar, administrar e disseminar os vários produtos oriundos de sua tradição, convertendo-os em lugares representativos de sua cultura. De acordo com esta perspectiva, a família, a escola, a igreja, os sindicatos, os locais de trabalho, os museus, os arquivos e as bibliotecas públicas certamente se encontram em posição de destaque neste jogo de trocas simbólicas.

Sendo assim, se na seção anterior demonstramos que as bibliotecas públicas se constituem como “lugares de memória” porque suas funções sociais estão respaldadas por ações que objetivam preservar e disseminar os saberes concebidos pelo fazer racional humano, nosso objetivo agora será enfatizar que elas também se configuram como instituições fundamentais para a promoção e dinamização dos elementos culturais que emergem das diversas esferas sócio-históricas onde se inserem, posicionando-se, assim, como “lugares de cultura”. Isto porque, como nos aponta Jacob (2000, p.11) a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções.

Premissas que se tornam mais evidentes quando retrocedemos no tempo e constatamos que a história das bibliotecas, tal qual a das civilizações humanas, tem sua gênese ligada ao acúmulo das diversas experiências porque passaram as gerações que nos precederam, visto que a conservação e a transmissão “das aquisições elaboradas e complexas somente pode ter lugar mediante registros físicos de tipo permanente, ou pelo menos bastante duradouros” (SERRAI, 1975, p.141). O que implica que à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do homem e da sociedade como um todo. Inscrita sob a forma de documento, esta memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista seu amplo uso por parte de todas as esferas sócio-culturais.

Acompanhando o surgimento das cidades, as primeiras bibliotecas floresceram no Extremo Oriente, às margens dos rios Tigres e Eufrates. Foi nesta localidade que se edificou a biblioteca de Nínive, fundada por Assurbanipal, rei da Assíria. No entanto, foi o Egito que viu florescer as bibliotecas mais importantes da Antiguidade,

sendo a biblioteca de Alexandria a mais famosa de todas elas, em cujo acervo encontravam-se depositados mais de setecentos mil volumes. Um tesouro onde alguns poucos leitores desfrutavam de uma infinidade de textos escritos em grego ou traduzidos de línguas bárbaras. Memória do mundo que almejava apropriar-se de todos os traços escritos pelos diversos povos da terra, em todas as línguas e em todos os lugares. Fruto do paradoxo que se instaura entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar do indivíduo e seus itinerários pacientes, parciais e atpicos diante da necessidade de escolha de um dado documento.

Condio que se mantm inalterada até meados da Idade Média. Período no qual as bibliotecas continuam a se definir como um prolongamento daquelas fundadas na Antigüidade, tanto no que diz respeito à sua composio, quanto à sua organizao, natureza e funcionamento. Eram instituioes que não se encontravam abertas ao uso do público em geral, visto encontrarem-se ligadas às grandes ordens religiosas que as viam como organismos mais ou menos sagrados, devendo, portanto, manter o livro e a palavra escrita fora do contato com o mundo profano. Contudo, é preciso esclarecer que, embora limitando o acesso, foi no interior destas bibliotecas que se preservou grande parte da literatura clássica que hoje podemos travar contato. Contraponto que se instituiu graças ao fato de terem sido, muito em funo do trabalho dos escribas, centros de confeco de livros e depósitos de obras antigas e modernas destinadas à venda, troca ou empréstimo entre o círculo restrito das burguesias locais.

Foi, então, a partir das bibliotecas das grandes ordens religiosas como a Vaticana e as de São João e São Paulo em Veneza, que o homem medieval conseguiu manter a salvo da destruio os fundamentos da cultura e da memória humana e transformá-los nos pilares responsáveis pela edificao da Modernidade. Momento no qual a biblioteca se converte em instituio leiga, civil e pública a serviço da laicizao, da democratizao e da socializao do conhecimento, abrindo as portas de seus acervos e se posicionando, definitivamente, como esfera público-democrática que busca captar, organizar, preservar e difundir a memória

coletiva e o patrimnio cultural do meio onde se insere.

Acompanhando o desenrolar das drásticas transformaoes sociais que tiveram como marco inicial o rápido desenvolvimento industrial e a crescente urbanizao da Europa entre os séculos XVIII e XIX, "o adjetivo público, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identific-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados". (MARTINS, 2002, p.325). Modalidade de entendimento que a insere no rol das instituioes sociais sempre em evoluo, que influenciam e são influenciadas pela estrutura social que as circundam, refletindo e contribuindo para o seu desenvolvimento através da coleta, organizao e disseminao dos produtos culturais; da administrao e produo do conhecimento registrado; além da garantia de livre acesso a todos aqueles que queiram utilizá-los. Isto porque:

A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais, mas são serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informaçoes que lhes permitam exercer seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participao construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educao satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento,  cultura e  informao. (UNESCO, 1994).

Devem priorizar, portanto, o fomento e o fortalecimento do diálogo intercultural, bem como facilitar o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso da informao e da informática. Devem se posicionar, ainda, como local propicio para a construo do conhecimento por intermédio do apreço  arte e às inovaoes científicas através da captao, organizao e disponibilizao dos estratos informacionais humanos a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade. Sendo assim, é a partir deste prisma que podemos inferir que a biblioteca pública não é mais, por conseqüência:

Um mero depósito de livros: esse o mais importante de todos os pontos característicos na evoluo de seu

conceito. À sua *passividade* substituiu-se um salutar *dinamismo*, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social. (MARTINS, 2002, p.325). [Destaques do autor]

Contudo, faz-se necessário demarcar que este poder de representação coletiva que ressalta a importância das bibliotecas públicas só se efetiva quando intermediado por práticas de educação e de leitura que promovam o intercâmbio, o diálogo entre os inúmeros signos que compõem seus acervos, com os desejos, as ansiedades e as necessidades de cada um de seus usuários. Sendo assim, além de ser um lugar de memória e de cultura, uma biblioteca é também um espaço de transformação social que interfere no meio cultural onde se insere através do incentivo às práticas ligadas à educação e à leitura. Premissas que indicam a necessidade de discutirmos sobre os vários fatores que também definem a biblioteca pública como “lugar de educação e de leitura”. É o que pretendemos fazer na seção subsequente.

5 BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO E DE LEITURA

Se recuperarmos os apontamentos explicitados até aqui, tornar-se-á evidente que a história da educação e da leitura é análoga à história de outras práticas culturais humanas, uma vez que estas, tal qual a memória, também se constituem a partir dos múltiplos olhares interpretativos que cada sujeito lhes atribui. Sendo assim, embora sejam vistas como um elemento essencial para que cada indivíduo construa e efetive as diversas relações que estabelece com o meio no qual se insere, tanto a educação quanto a leitura não se apresentam como um ato natural, mas antes, como práticas históricas, sociais e culturalmente demarcadas.

Perspectiva que nos permite defini-las como processos regulares e contínuos de desenvolvimento que têm por objetivo

preparar os sujeitos para assumirem papéis sociais relativos à vida coletiva, à reprodução das condições que garantem sua visibilidade e participação na esfera pública, bem como o uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde sua vida se desenvolve. São, pois, o resultado de um ato intencional que tem por objetivo transformar uma criatura biológica em um novo ser, em um ser social capaz de compreender, incorporar e produzir sua própria interpretação para o mundo que o cerca, aceitando ou não os elementos culturais que outorgam sentido à sua vida enquanto agente coletivo.

Talvez sejam estes os motivos que promulguem a crença de que participar ativamente dos processos ligados às práticas educativas seja uma das condições fundamentais para que cada indivíduo adquira a capacidade de atuar e transformar o tecido social no qual se insere, bem como construir noções próprias acerca de sua individualidade e de sua autonomia enquanto sujeito humano, visto que o princípio subjacente a todo este movimento é o de que a educação seria uma força capaz de conduzir à liberdade do espírito e a uma atividade crítica e individualizada de cada homem em relação aos espaços em que habita e às atividades que nele desenvolve. Fator que lhe atribui o status de consciência viva de uma norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, de uma classe ou profissão, quer se trate de um agrupamento mais vasto como um grupo étnico ou um Estado. Sendo assim, “a educação não é algo para produzir um sujeito necessário à vida econômica, ou ao progresso material da nação, mas a Educação é o meio pelo qual se preserva a cultura e o espírito do povo” (RODRIGUES, 1999, p.26).

Toda prática educativa deve, pois, ser capaz de permitir ao homem conhecer-se a si mesmo e a realidade que o cerca a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica e da ampliação de sua capacidade de intervenção social. Elemento também compartilhado pelas práticas de leitura, visto que todo leitor é livre para configurar seu próprio sentido interpretativo para a materialidade textual com a qual trava contato. Materialidade que, por sua vez, não se restringe a uma folha de papel grafada com símbolos alfabéticos. Pelo

contrário, antes de sermos leitores de palavras, somos leitores do mundo, posto que desde o nascimento interagimos com os elementos que nos caracterizam como seres sociais.

Ler , então, uma ao criadora de sentido que “quase não deixa traços visíveis nem garantias contra a usura do tempo, mas ao produtora que em cada um dos seus encaminhamentos e de fazeres, ao mesmo tempo alteram e conferem existência ao texto” (CHARTIER; HÉBRARD, 1998; p.32). É, enfim, apropriao, recriao, uma arte de fazer que não se restringe a um único conceito, mas sim, a um conjunto de práticas difusas e em permanente transformao, fator que acaba por romper com o aspecto de passividade que por longa data a caracterizou.

Isto porque, embora esteja intimamente relacionada com a escrita e seja classificada como um processo de traduo em que transpomos para a linguagem verbal os diversos signos que permeiam nossa comunicao com o mundo, efetuamos, mesmo que inconscientemente, diversas outras modalidades de práticas de leitura - é o caso daquela que o músico faz de uma partitura, traduzindo-a em sons e sentimentos; da leitura das estrelas feita pelos astrnomos; ou da leitura dos oráculos que prevêem o futuro a partir de movimentos naturais. Todos eles dividem com os leitores de palavras os segredos de atribuir sentido para os processos de interao e comunicao que edificam nossas relaoes sociais.

É por isso que explicar as práticas de leitura e educao requer compreendê-las como construtos sócio-culturais que são adquirem sentidos a partir da urdidura de inúmeras variáveis que em nenhum momento se isolam, encerrando em si modos, ritmos, intensidades e desejos que variam de texto para texto, de leitor para leitor e de educando para educando, da mesma forma que devemos tentar apreender como se efetivam nos vários lugares onde se desenvolvem. Espaço que pode ser a família, a igreja, os sindicatos ou diversas outras esferas da sociedade civil como as bibliotecas.

De fato a biblioteca se configura como *lócus* privilegiado para que a alquimia da leitura e dos processos educativos se desenvolva e se efetive visto que, por entre seus corredores e estantes que preservam a infinitude do conhecimento humano, cada usuário se sente confortável

para buscar, encontrar e utilizar determinada informao, convertendo-a, posteriormente, em insumo gerador de novos conhecimentos. Sendo mais preciso: ler e estudar em uma biblioteca é promover a atividade dialtica que se instaura entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atpicos desenvolvidos por cada sujeito em seu processo de interao com as várias materialidades simbólicas que constituem os acervos destas instituioes.

 tentar conciliar um desejo de universalidade e a necessidade de escolha, de seleo, até mesmo de esquecimento, como as próprias condioes da leitura e do pensamento. O trabalho na biblioteca  percurso no interior de um livro, em seguida de livros para livros e dos livros para o mundo, com suas travessias áridas, suas erraas labirínticas e seus momentos de jubilao intelectual, suas caminhadas míopes e seus grandes panoramas.  também uma viagem no tempo, uma “anbasi” nas ramificaoes da memória do saber e da criao de um espaço de encontros utópicos e ucrnicos – convergência das idéias, perenidade e metamorfoses dos modelos e das lioes, afinidades eletivas ou escolhas longamente refletidas, em que se reaviva o pensamento e o saber de outrem e de outrora através do comentário, da leitura e do jogo livre das digressoes (JACOB, 2000, p.10).

Relao instituída há longa data, uma vez que a história da educao e da leitura  indissociável da história das bibliotecas, estando suas dimensoes sócio-culturais atreladas às formas e circunstâncias por meio das quais cada um destes elementos são concebidos no tempo e nos espaços onde se concretizam. Neste sentido, se  verdade que a leitura e a educao são ofícios que nos permitem recordar a experiência comum a toda humanidade, as bibliotecas nos auxiliam a perceber o mundo de dois ângulos distintos: como terra estrangeira ou como lar. Em outras palavras:

Vagando entre nossos livros, tirando um volume da estante e folheando-o ao acaso, as páginas ou bem nos espantaro por diferir de nossa experiência ou bem nos confortaro por sua semelhança. A cabeça de Agamêmnon ou a brandura

do lama de *Kim* me são absolutamente estranhos; a surpresa de Alice ou a curiosidade de Sinbad refletem uma e outra vez minhas próprias emoções. Todo leitor é um andarilho ou um viajante de retorno. (MANGUEL, 2006, p.253).

Assertiva que serve como síntese de tudo o que já se disse até aqui visto que, mesmo implicitamente, tais argumentos reforçam o postulado de que as bibliotecas são lugares de práticas culturais porque, sócio-historicamente, seus acervos se tornam capazes de interferir, por meio de suas quatro funções básicas, nas mais distintas realidades espaço-temporais, fazendo frutificar os saberes acumulados e contribuindo para a preservação e difusão de todo o legado cultural humano. Traçamos mais algumas considerações sobre a efetividade destas proposições no tópico seguinte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve sua gênese ligada à exaltação da palavra e à busca por elucidar duas difíceis questões: por que as palavras deitadas nas páginas de um livro exercem tanto fascínio sobre a vida dos homens? E qual a participação das bibliotecas públicas na edificação da história humana?

Para tentar respondê-las dissemos, logo nas primeiras linhas que dão corpo à nossa análise, que a palavra ocupa um lugar central na formação da cultura do Ocidente, visto que esta encontra seu ponto de referência nos preceitos que fundamentam a tradição judaico-cristã, cuja história inicial se narra através de dois livros sagrados: a *Torá* e a *Bíblia*.

A *Torá*, conjunto das palavras que Deus dirigiu diretamente aos homens, é o eixo ao redor do qual o povo judeu entrelaça as referências, as elucidacões, o debate hermenêutico que organiza e informa a vida da comunidade em seu dia-a-dia e ao longo da história. Dito de outra forma, o conjunto dos livros que congregam os ensinamentos da *Torá* expressa e enseja o *continuum* da existência judaica.

Definindo-se por sua devoção à palavra, nenhuma outra tradição ou cultura atribuiu tanta importância à conservação e à transcrição de textos. Condição que se evidencia através de toda a teoria e toda a técnica que circunscreve o

universo da cabala, segundo o qual em cada letra hebraica, a partir de sua forma e de seu nome, está gravado uma multiplicidade de energias e significados. Em decorrência de sua essência divina e da capacidade de nomear e dar vida a todas as coisas, as palavras inscritas na *Torá* constituem um livro que transcende a natureza desafiadora do tempo e do espaço. Razão pela qual, mesmo após tantas diásporas, sua leitura demarca, quer no nível interpretativo-meditativo, quer no comportamental, um movimento no qual o povo judeu reverencia seu mundo e sua pátria. O “povo do livro” foi, portanto, o primeiro a instituir a palavra escrita como sua morada. Morada que se edifica em todos os cantos da terra, mas está permanentemente ligada ao centro de sua tradição.

Em paralelo a isso, se as palavras que deram forma à *Torá* foram ditadas pelo Deus de Israel, a certeza de que a divindade escrevera um livro também permeia os fundamentos da teologia cristã. A *Bíblia*, ou a “Escritura erigida pela vontade do Espírito Santo”, é, segundo o filósofo George Steiner, “o livro que define, e não apenas para a civilização ocidental, o conceito de texto”. (STEINER, 2001, p.51). Segundo este pensador de origem judaica, todos os outros livros que narram a história do Ocidente, por mais diferentes que sejam seus assuntos e sua organização, relacionam-se, ainda que indiretamente, a este “Livro dos livros”. Ou seja, tal qual a *Torá* para o povo judeu, a *Bíblia* preserva grande parte da identidade histórica e social da tradição ocidental. Todos os demais livros que constituem nosso cânone intelectual estabelecem, em maior ou em menor medida, um diálogo multifacetado com o texto bíblico.

Não por acaso o movimento que marca a popularização do livro tem como ponto de partida a impressão da “*Bíblia de 42 linhas*” por Gutenberg em meados do ano 1462. A partir deste momento a história do Ocidente se tornara amplamente marcada pela leitura apaixonada de livros, chegando mesmo a se definir como uma sociedade livresca no mais profundo sentido da palavra.

Portanto, uma resposta satisfatória para nossa primeira questão nos é apresentada pelos aportes históricos que demonstram que toda tradição ocidental se difunde tendo como ponto de referência os preceitos oriundos de dois livros sagrados. Enquanto textos canônicos, é para a *Torá* e para a *Bíblia* que muitos homens se

voltam quando almejam satisfazer sua busca por felicidade, seu desejo de encontrar sabedoria.

No entanto, é preciso ressaltar que os homens não se relacionam com os livros apenas porque desejam aproximar-se das verdades sibilinas. Como produto que adquire forma através da atividade racional humana, eles se convertem no instrumento a partir do qual qualquer sujeito, fazendo uso da tinta e da pena para dar voz  ansiedade ou  imaginao que por vezes queimam seu corpo, contribui para que a memória coletiva que caracteriza uma dada sociedade se preserve dos assédios do tempo e do esquecimento. Talvez por esta razão Jorge Luís Borges certa vez afirmou que:

Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso , sem dvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio e o telescópio são extensões de sua visão; o telefone é a extensão de sua voz; em seguida, temos o arado e a espada, extensões de seu braço. O livro, porém,  outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginao.

Em *César e Cleópatra*, de Shaw, quando se fala da biblioteca de Alexandria, diz-se que ela é a memória da humanidade. O livro é isto. E é algo mais, também: a imaginao. O que é nosso passado senão uma série de sonhos? Que diferença pode haver entre recordar sonhos e recordar o passado? Essa é a funo exercida pelo livro. (BORGES, 1999, p.189).

Extensão da memória e da imaginao, talvez estas sejam as duas virtudes do livro que mais fascinem seus leitores. Como instrumento de memória, eles preservam em suas páginas o conjunto dos elementos históricos que informam os homens sobre seu passado, dando-lhes a possibilidade de projetar uma explicao para o presente, de divagar acerca do futuro. Enquanto produto da imaginao, eles se portam como pouso seguro para todos os delírios, sonhos, paixões, aventuras e desventuras da alma humana. Portanto, eis aqui a segunda explicao possível para nossa inquietao inicial: os livros nos encantam porque suas páginas estão permeadas pelas mais diversas experiências humanas. Experiências que, quando resgatadas através da leitura, se transformam em experiências individuais, refletindo aquilo que

somos e as muitas facetas com as quais nossas palavras esculpem o mundo.

Foi justamente para reunir, organizar, preservar e disseminar este conjunto de materialidades que informam a vida humana através das palavras, que as bibliotecas apareceram para a história. A acumulao de livros , de acordo com esta proposio, uma dinâmica que demarca a vontade dos homens de enfrentar o tempo e resistir às investidas do esquecimento, uma vez que toda biblioteca se define como espaço de preservao da memória e do patrimnio cultural, artístico e literário que institui forma aos movimentos racionais de uma dada localidade. São, portanto, lugares de representao coletiva onde aquilo que chamamos de identidade encontra solo profícuo para nutrir-se e valorizar-se.

Neste sentido, se em seus primeiros séculos de existência as bibliotecas eram caracterizadas como depósitos, utensílios de uma coleo  mercê do tempo e dos delírios de seus portadores, as sucessivas revolues em torno do livro impuseram-lhes inúmeras outras funes sociais. Na modernidade, além das atividades de coleta, organizao, preservao e disseminao do escrito, as bibliotecas devem participar ativamente do processo de construo sócio-histórica das múltiplas paisagens culturais que conferem visibilidade ao lugar onde estão inseridas.

Por isso, seus acervos chamam a ateno para a necessidade de se preservar os símbolos culturais que garantem visibilidade a um dado tecido social, justamente por serem estes os elementos que lhes instituem o status de comunidades históricas. Portanto, embora seja, em essência, um lugar de diálogo com o passado, toda biblioteca funciona também como espaço de criao e inovao, onde a conservao são tem sentido como fermento dos saberes a serviço da coletividade inteira. Se o conhecimento  acumulativo, as bibliotecas, especialmente as públicas, capitalizam essa herança e permitem aument-la graças a atividade coletiva daqueles que as exploram. Papel diretamente imbricado com a funo que a história dos livros e das práticas culturais humanas lhes dispensou: servir de refúgio seguro para os maisntimos sonhos, desejos, imagens, conhecimentos, aventuras e desventuras que as palavras oferecem aos homens a capacidade de fabular. Eis aqui uma possível resposta para nossa segunda inquietao.

PUBLIC LIBRARY AS PLACE OF CULTURAL PRACTICES: a sociohistorical discussion

Abstract

This study aims to chart and discuss, under a sociohistorical perspective, the relationships between the public libraries and the universe of human cultural practices. To accomplish this goal, first, we point out that cultural practices must be understood as a set of many symbolic manifestations devised by an individual or society to ascribe multiple interpretations to the surrounding world. Subsequently, taking this definition as a theoretical basis, we try to shed light on the question: to what extent public libraries can be considered to be a “place of cultural practices”? To do it so, the following methodological route is employed: at a first moment, it is stressed that no cultural practices are complete in themselves, always demanding a certain materiality to acquire meaning and visibility; by its turn, this materiality brings together public libraries and the set of tactics and strategies which characterize such practices. At a second moment, it is highlighted that all the public libraries’ functions – cultural, informational, recreational and educational ones – are more evident when related to issues concerning memory, culture, education and reading. Such analyses eventually allow us to support that public libraries are indeed “places of cultural practices”, since they help us to elaborate representations for the many social, political and cultural sceneries where our lives evolve, fructifying knowledge and contributing to the preservation and diffusion of the material and intellectual patrimony of the human being.

Keywords:

Public library; cultural practices; Public library – memory; Public library – culture; Public library – education; Public library – reading.

REFERÊNCIAS

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Antropologia; 5).

BÍBLIA SAGRADA. N.T. **Evangelho segundo São João**. São Paulo: Paulinas, 1990. cap.1, p.1353.

BORGES, J. L. Do culto aos livros. In: _____. **Outras inquisições**. Porto Alegre: Globo, 1999, p.99-103. (Obras Completas; 2).

_____. O livro. In: _____. **Borges, oral**. Porto Alegre: Globo, 1999, p.189-197. (Obras Completas; 4).

BOSI, E. A substância social da memória. In _____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, p.13-48.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRETAS, B. Interações cotidianas. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.29-42. (comunicações e cultura; 3).

CASA NOVA, V. Biblioteca: uma leitura semiológica. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, B. Hte., v.19, n. Especial, p.130-137, mar. 1990.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994, 2 v.

CHARTIER, A-M; HÉBRARD, J. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Proj. História**, São Paulo, v.17, p.29-44, nov. 1998.

CUZCANO, A. E. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los

ciudadanos. **Inf. e Soc.: Est.**, Jo Pessoa, 2002, v.12, n.2, p.41-59.

GOULEMOT, J-M. Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das Luzes. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.257-270.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vrtice: Editora Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca Vrtice de sociologia e política).

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. **Educao e Realidade**, Rio Grande do Sul, v.22, n.2, jul./dez., 1997, p.15-46.

_____. **A diversidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinhas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.45-73.

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M; JACOB, C. (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.9-17.

LE GOFF, J. Memória. In: _____. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p.419-476.

MANGUEL, A. A biblioteca  noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3 ed. São Paulo: tica, 2002. (Temas; 49).

MÜLLER, S. P. M. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis

da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7-28.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

PROUST, M. **Em busca do tempo perdido**. Tradução de Fernando Py. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, 3v.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana  construção do sujeito tico. **Educ. Soc.**, out. 2001, v.22, n.76, p.232-257.

_____. **Elogio  educação**. São Paulo: Cortez; 1999.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

SILVEIRA, F. J. N. da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

STEINER, G. **Nenhuma paixão desperdiçada: ensaios**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Novembro, 1994.

WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. YATES, Francs A. *El arte de la memória*. Madrid: Taurus, 1986.